Ano **2016**, Edição n.º **3374** - Crato (CE), Quarta-feira 20 de Janeiro de 2016.

ESTADO DO CEARÁ

Poder Executivo

MUNICÍPIO DE CRATO

Diário Oficial

Ano **2016**, Edição n.º **3374** - Crato (CE), Quarta-feira 20 de Janeiro de 2016.

ATA

ATA DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Ao sexto dia do mês de agosto de 2015, as 09h00min horas da manhã, iniciou no Centro de Convenções do Cariri a IX Conferência Municipal de Saúde do Crato. O ato iniciou com a cerimonialista fazendo um breve resumo da importância e objetivo das Conferencias de Saúde realizada em todos os entes federativos, em seguida houve a composição da mesa, com as seguintes autoridades: Sr. Antônio Lucimilton de Sousa Macêdo, Secretário Municipal de Saúde do Crato; Sra. Maria de Lourdes Coelho de Alencar Barreto, Coordenadora da 20ª Regional de Saúde; Sra. Elisangela Lucas Teixeira, Presidente do Conselho Municipal de Saúde; Dr José Flávio Pinheiro Vieira, médico, escritor e ex Secretário Executivo e um dos fundadores do Conselho Municipal de Saúde do Crato; Sr. Amadeu de Freitas, vereador; Sra. Rogena Weaver Noronha Brasil, representante do CESAU/CE. A Banda de Música Municipal, regida pelo maestro Sr. Bonifácio Salvador, executou o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Crato, e em seguida, a cerimonialista cedeu à palavra aos componentes da mesa. Dra. Maria de Lourdes saudou a todos e relatou a importância da presença de todos na conferencia, exaltando que a saúde é um dever de todos os brasileiros e é intersetorial a construção de uma saúde de qualidade; desejou que ao final do evento se obtivesse propostas sólidas e factíveis. Dra. Elisangela saudou a todos que aqui se encontram, relatou o desafio que é esta a frente do Conselho Municipal de Saúde do Crato, e desejou que todos que aqui estejam tenham vindo com espirito de colaboração e coletividade, com propostas efetivas de fazer saúde e desejou uma boa Conferência a todos. Rogena agradeceu ao convite em fazer parte deste evento, parabenizou todo o movimento social e que apesar das dificuldades enfrentadas por governos e lideranças do momento, o Crato está um passo adiante por já realizar a IX Conferencia, visto que a Conferencia Estadual estará na sétima edição. O Sr. Lucimilton Macêdo abriu sua fala saudando a mesa e a todos aqui presentes, ressaltou o momento democrático em que estamos inseridos onde é espaço fundamental de manifestação, construção e melhoria da saúde municipal. Senhor vereador Amadeu de Freitas saudou a todos os presentes e desejou que fossem dois dias de muita discussão, de propostas para consolidação do Sistema Único de Saúde e deu as seguintes sugestões: Criação do Conselho Territorial de Saúde, o Apoio a Política de Distribuição do Pré-Sal e a Viabilização do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Saúde, ao final de seu discurso desejou uma ótima conferência a todos. Dando continuidade à Conferência, Dr. José Flávio Vieira fez a leitura do Regimento para posterior votação e aprovação. Deu início a leitura, no qual foram destacados os seguintes itens: Artigo 01; Artigo 15; Artigo 23 e o Artigo 36. Seguindo os destaques realizados, o inciso C do Artigo 01, no que se refere à política de saúde foi proposto alteração do texto de “políticas de saúde” para “políticas públicas de saúde”, onde foi aceito. Proposta para o quadriênio se completa em 2019. Artigo 04 sobre o comitê executivo mudança de “presidirá este Conselho” para “presidirá esta Conferência”. O artigo 15 propôs que os observadores tenha direito a voz, o qual foi aceito. Artigo 16 propuseram que não houvesse mais o percentual de observadores, sendo aberto à população em geral independente da acomodação do local, o qual foi aprovado. Rogena pediu a palavra para análise do artigo 23, acreditando que existem empecilhos legais para não se determinar o número de observadores, uma vez que impossibilita um orçamento fechado da Conferência. A IX Conferência seguiu com a apresentação da Palestra Magna “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”, ministrada pela Dra. Evanira, que fez um resumo da história das conferencias, sua importância e a saúde nos tempos atuais e suas políticas públicas. A professora Aline Dantas pediu a palavra no momento do debate para externar sua indignação com a organização do evento pelo fato ocorrido no momento do credenciamento, onde a mesma queria adentrar com os alunos da URCA e a mesma diz ter sido “barrada” pela Secretária da Conferencia Aline Alencar da Franca, pedindo assim uma retratação. A Sra. Orlenne Moura, da comissão organizadora do evento, pediu o direito de resposta no qual lhe foi concedido e explicou que em nenhum momento a professora ou os alunos da URCA foram “barrados”, mas toda organização, planejamento e logística foi em cima do que rege o Regimento artigo 15° PARÁGRAFO SEGUNDO – Na IX Conferência Municipal de Saúde fica assegurada a participação de convidados credenciados em percentual de até 100% (cem por cento) em relação ao número de delegados, e aos observadores credenciados o percentual de até 30% (trinta por cento) do número de convidados, e também a capacidade do local e no momento foi sugerido que representações da turma entrassem, mas a professora Aline Dantas não aceitou, tumultuando assim o momento de credenciamento. Os trabalhos foram então encerrados no turno da manhã, para almoço. A tarde iniciou com a divisão dos Eixos Temáticos: Direito a Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade, facilitadora Profª. Drª. Edilma; Financiamento do SUS e Relação Público Privado, facilitador Dr. Nalber Sigian; Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde, facilitadora Profª Enfª Ana Paula Ribeiro. Cada grupo fez seu debate e propuseram sugestões que irão para votação amanhã. Ao sétimo dia do mês de Agosto do ano de 2015, deu início ao segundo e último dia da IX Conferência Municipal do Crato. O evento iniciou com a cerimonialista desejando um bom dia a todos os participantes e convidando os senhores Dr. Marcelo Vasconcelos, diretor administrativo do Hospital e Maternidade São Francisco de Assis/São Camilo, o Dr. Valério Roberto Faheina Júnior, diretor administrativo do Hospital São Raimundo e a Dra. Aline Maria Alencar Franca, ex-secretária de saúde e atual coordenadora do SAMU Crato, para iniciarem uma Mesa Redonda sobre “A Rede Conveniada do SUS”. A Dra. Aline iniciou sua fala saudando a todos os presentes e explicando como seria o debate, passando adiante a palavra ao Dr. Valério que relatou sobre a oportunidade ofertada para abordagem de como funciona o Sistema Único de Saúde, o subfinancimento da saúde que já vem sem reajuste há 15 anos, apesar de reajustes anuais de salários dos profissionais, materiais, alimentação, medicamentos e relatou que o Governo do Estado do Ceará é o que mais contribui com a rede hospitalar, o que faz que consigam manter o serviço. Apesar de o Hospital São Raimundo ser um hospital filantrópico, seu atendimento é 93% voltando ao usuário do SUS; ressaltou que o Sistema Único de Saúde deveria fortalecer o princípio da equidade. A população precisa ser mais esclarecida e a mídia mostrar também os avanços e pontos positivos; a

impressa tem que ser livre, mas de forma responsável e respeitável e que o próprio Conselho Municipal de Saúde conheça as instituições e o trabalho que é realizado. A parceria do Hospital São Raimundo com o município do Crato, durante esses três últimos anos veio se consolidando e ao final de sua fala informou que esta a serem implantados os serviços de otorrinolaringologia e oftalmologia. Anterior à fala do Dr. Marcelo, a cerimonialista chamou a mesa o Dr. Lucimilton Macedo, secretário municipal de saúde. Dr. Marcelo iniciou sua fala saudando a todos aqui presente e fez um breve relato histórico sobre o INAMPS até os dias atuais, e a dificuldade da equidade devido a recursos escassos. Agradeceu a Dra. Aline e ao Dr. Lucimilton pela parceria e ajuda ofertada, e anunciou que para o próximo ano estará sendo ofertado o serviço de UTI Neonatal. Relatou o papel do Conselho em ir a loco, averiguar e buscar avanços. Citou alguns desafios: Buscar parcerias, crise no financiamento e exaltou que no município do Crato não há os chamados "corredores de macas" como em todo o Brasil existe, que o município do Crato está à frente de muitos outros que contam com mais recurso financeiro. Solicitou que a população não venha somente com críticas, mas com boas ideias, pois temos o secretário de saúde para acolhê-los e o conselho municipal de saúde para representa-los que tudo isso irá retornar como qualidade de atendimento. Ao final de sua fala, agradeceu a todos. Dr. Lucimilton iniciou sua fala agradecendo a gestão da Dra. Aline Franca, pois foi fundamental para o contínuo trabalho e relatou sobre avanços já no município como cirurgias de alta complexidade, redução dos atendimentos da urgência emergência com perfil de PSF do Hospital e Maternidade São Francisco HMSF, fortalecendo assim a atenção básica. Lucimilton pegou a palavra e falou sobre um novo credenciamento de leitos de UTI no Hospital São Raimundo HSR, exaltou o serviço realizado pelo SAD, o que alcançou uma redução no reinternamento dos pacientes e finalizou agradecendo a todos. Momento aberto ao debate. Rogena representante do CESAU: parabenizou a organização do evento por colocar em seu cronograma um tema sobre a rede conveniada ao SUS e indagou sobre a atualização da PPI. Azevedo também representando do CESAU: parabenizar a toda a organização do evento e ao convite realizado ao CESAU, e indagou sobre o serviço de urgência e emergência de traumatologia do HSR se ainda estaria fechado e lançou a proposta do município do Crato ter seu próprio Hospital Municipal, inclusive atendendo a pediatria. Júnior Matos, conselheiro representante dos servidores municipais: Indagou o porquê o Hospital Santa Teresa e o Hospital Regional do Cariri não estarem também compondo a mesa. Dr. Marcelo respondeu a primeira perguntar que a PPI está atualizada a do município do Crato, mas com certa dificuldade dos outros municípios referenciados e que todos os pagamentos e repasses federais está sendo realizados. Dr. Valério respondeu a pergunta do Azevedo afirmando que a urgência e emergência está sendo reaberta resultante de apelo realizado ao Governo do Estado e a partir da próxima semana estará em 100% o funcionamento, mas que o seu fechamento não foi feito de forma leviana e arbitrária, mas por não conseguir mais manter e que não tem macas em corredores não por não ser público, mas por adotar uma gestão resolutiva. Dra. Aline respondeu à crítica de Junior Matos explicando que os dois ali estão como membros do Conselho, representando toda a rede filantrópica conveniada ao SUS no Crato, não somente aos Hospitais que os dois representam. Dra. Luciana Abath pediu a palavra solicitando o pagamento em dia e informou que o Hospital Santa Teresa está para fechar seus serviços. André Lacerda pediu a palavra e convidou a todos a participarem da Parada Gay do município do Crato e em seguida indagou se no HMSFA existia uma política para DST/HIV/AIDS e se o referido hospital tem reciclagem dos profissionais sobre o movimento LGBT. Valéria Gercina agradeceu a palestra, pois com ela pode compreender um pouco de como funciona a rede conveniada SUS e indagou ao secretário de saúde como está a cobertura do Programa de Saúde da Família no município, relatou sobre sua experiência com mulheres de Salitre e Potengi que vem ao Crato para atendimento, mas não está no momento do parto, e não tem como voltar ao seu município de origem, pois a ambulância já tem voltado; sua indagação é como é realizada essa comunicação entre os municípios e porque não há uma casa abrigo para essas mulheres e/ou população referenciada. Dr. Lucimilton informou que a gestão recebeu o município com 28 equipes de saúde da família, avançando para 40 equipes de saúde da família, o que representa 62% da população. Relatou que mensalmente há a reunião da CIR, onde se encontram todos os secretários de saúde pertencentes à 20ª CRES e que foi muito boa à ideia sobre a Casa Abrigo e que levará a discussão aos demais gestores de saúde. Dr. Marcelo respondeu a cerca da indagação sobre o atendimento do HMSFA ao portador de HIV/DST/AIDS tem toda a estrutura para receber o paciente, inclusive com médicos infectologistas. Respondendo ao atendimento porta de entrada realmente não existe o atendimento a pessoa transexual pelo nome adotado e sim pelo documento de registro, mas se há alguma lei ou norma que está aberto à discussão. Paciente que são referência para o Crato se torna uma dificuldade, pois sempre houve falha no sistema de regulação de leito, para garantir que ao chegar ao hospital será internada, tendo o seu leito disponibilizado e informou a dificuldade de liberação de recursos por parte do governo federal para construção da Casa da Gestante, Leitos de UTI e para adquirir equipamentos dentro da Rede Cegonha. Sr. Assis Santos relatou sobre os acidentes automobilístico que os custeios deveriam ser pagos pelo causador do acidente e indagou sobre os procedimentos urológicos e oncológicos. Marcondes (Tonda), Conselheiro Municipal e Estadual de Saúde explanou sobre a preocupação dos atendimentos aos usuários e a dificuldade da liberação dos exames de ressonância magnética e que quando houve a inauguração do Hospital Regional ao mesmo tempo fecharam dois hospitais no Juazeiro do Norte, superlotando o atendimento do HR para a população daquele município, agradeceu o apoio dos gestores na mesa e os serviços ofertados pelo HSR e HMSFA pela parceria. Dr. Valério informou que 95% dos acidentes que chegam ao HRS são causados por motos, que já é uma questão de saúde pública e que a urologia/oncologia é difícil pelo fato de existir o hospital de Barbalha e quanto ao câncer só há um hospital credenciado na região; a dificuldade da entrada do paciente nesses hospitais e a dificuldade do Ministério da Saúde em credenciar outros hospitais, pois acredita que somente um serviço atenda toda a população (01 milhão e meio de habitantes/serviço). Dr. Lucimilton informou o interesse e busca de credenciamento de todos os serviços que o município do Crato puder ofertar e exaltou o serviço do Ambulatório da Dor, realizado no Centro de Especialidades do Crato, onde atende pacientes oncológicos. Zé Roxo solicitou a Dr. Marcelo mais um médico nos finais de semana, parabenizou a nova UTI do HSR e solicitou solução a dificuldade de exames para os usuários da zona rural. Aline, representante da URCA, explanou sobre a Reforma Psiquiátrica e a dos Hospitais Psiquiátrico e a necessidade de leitos em hospitais gerais para pacientes e indagou sobre o porquê a separação do público. Veridiana, representante da Casa de Saúde Santa Tereza externou a dificuldade de internamento em Hospitais Gerais para pacientes psiquiátricos. Respondendo ao questionamento do delegado Cícero dos Santos, Valério agradeceu ao elogio à UTI, mas que somente estrutura não é suficiente tem que haver melhoria no serviço e atendimento à população e falou sobre a inauguração da Clínica São Raimundo e que muito ainda tem a se fazer em relação ao atendimento e estão trabalhando para isso; e complementando a questão que Veridiana relatou, é preocupante, pois o HSR ainda não tem estrutura para receber pacientes psiquiátricos e que não é uma responsabilidade somente do município do Crato, pois a CSST atende pacientes de outros municípios também, que o problema tem que ser compartilhado com todos. Lucimilton pediu a palavra para falar um pouco sobre a saúde mental: O ministério da saúde quer a desinstitucionalização do paciente, sobre o financiamento ficou provado que 350 atendimentos são de outros municípios e que não há programação, logo não há recebimento de custeio federal; ressaltou que está preparando a atenção básica e a rede de saúde mental do município do Crato. Dr. Marcelo Vasconcelos respondeu sobre o questionamento de mais médicos atendendo na emergência, informando que há a dificuldade de médicos plantonistas em pediatria, e que o volume do HSFA está aumentando dias após dias principalmente com o fim do conveniado SUS do Hospital São Miguel e o encerramento das atividades do Hospital Manuel de Abreu, mas estão com a tentativa do aumento do corpo de profissionais médicos. Respondendo ao questionamento do paciente psiquiátrico, infelizmente não existe mais hospital psiquiátrico como o Santa Tereza e que não há a ordem para fechar, mas há um desestímulo; o HSFA está tentando se adequar a uma portaria do MS para dar suporte ao Hospital Santa Teresa para atender a essa população em questão e estão tentando o credenciamento dos leitos junto ao Ministério da Saúde e que o município do Crato esta credenciando o CAPS III para atendimento do paciente em surto psiquiátrico, funcionando 24 horas. O HMSFA quando tem leitos disponíveis recebe seus pacientes, mas tem que vir de forma regulada, tem que passar pela central de regulação de leitos e solicitou o encaminhamento adequado e lembrou que não tem médico psiquiatra na equipe e que a CSST tem que fornecer o suporte necessário que o Hospital recebe. O Sr. Wladimir, secretário de segurança do município do Crato, explanou sobre o questionamento da presença da guarda municipal que é uma questão meramente de segurança e organizacional, pois estão aqui para servir e proteger. A Gerente do Centro de Convenções do Cariri, Sra. Sâmia Barreto, solicitou a palavra para explicar as normas de segurança do local. Dr. Lucimilton pediu a palavra para esclarecer sobre o ocorrido no dia de ontem e finalizou a mesa agradecendo a presença de todos e aos parceiros presentes da discussão. A cerimonialista tomou a palavra, a mesa foi desfeita e chamados à frente os seguintes convidados: Sra. Rogena, representante do CESAU; Sra. Silvia de Paula Rodrigues, Sr. Aderson Feitosa, presidente da OAB Sub-seção/Crato, Sra. Poliana Amorim, mediadora da assessoria jurídica do Crato, para debaterem sobre o tema "HumanizaSUS e Judicialização da Saúde". Senhora Romena iniciou a banca agradecendo a presença da mesa e de todos os presentes, e solicitou pelo avanço do tempo a otimização das falas. Dra. Silvia agradeceu a todos os presentes e abriu com a apresentação do HumanizaSUS e informou sobre a implantação deste serviço no município do Crato no segundo semestre de 2015. É um programa que defende o amor, respeito, acolhimento e valorização dos nossos usuários e profissionais, onde trabalhará a humanização tantos de pacientes como também de profissionais que trabalham na saúde e abriu para sugestões da plateia e cedeu a palavra a Dr. Adesron para

iniciar a discussão sobre a judicialização da saúde, mas antes Dra. Rogena sugeriu para ser inserido no projeto a implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais, passando em seguida a palavra ao Dr. Aderson. Agradeceu ao convite, principalmente a Orlenne Moura, a responsável por ele aqui está. Fez um breve relato sobre o que é a judicialização na saúde e que vem sendo um ponto preocupante, não somente para o poder executivo, como também do poder judiciário, pois vem crescendo de forma descontrolada, tanto pelo esclarecimento da população acerca de seus direitos como também pelo trabalho atuante do Ministério Público, onde irá chegar a um momento de colapso, pois os entes não terão mais de onde pagar as ordens judiciais. O poder executivo não tem como fugir dessa obrigação, pois consta na Constituição Federal que saúde é um dever de todos, e que enquanto os gestores públicos não se conscientizarem da melhoria da atenção básica, oferta de medicamentos, oferta de consultas, oferta de exames, os mandatos não irão cessar. Todo serviço público peca no princípio da eficiência e parabeniza ao município do Crato por já está ofertando o serviço de conciliação, mas só realmente dará jeito quando tiver uma saúde voltada para a toda a população e finalizou disponibilizando a OAB para toda a população para denúncia. Dra. Poliana seguiu o debate explicando como o serviço de conciliação trabalha e fez um breve resumo como acontece o financiamento para os pagamentos das ordens judiciais e a responsabilização de cada ente federativo e se colocou a disposição da população abrindo o espaço para debate e questionamentos. Pedro Ferreira, conselheiro representante dos usuários, exaltou a importância da responsabilidade em cumprimentos das ordens judiciais e a melhoria da oferta dos serviços de saúde para a população. Junior Matos, conselheiro representante do Sindicato dos Servidores Municipais relatou a importância da imprensa em informar a população, do PCCS e enalteceu a mudança das porcentagens das arrecadações, ficando assim a maior parcela para o município. Sra. Valéria relatou sobre a dificuldade de assistência à saúde e farmacêutica, levando assim a população ao único meio que resta que é a judicialização. Sr. André Lacerda expressou a dificuldade de resolução dos casos de assassinatos sofridos pela classe LGBT, e também relatou que não entendeu a explicação do Dr. Marcelo Vasconcelos sobre a não utilização do Nome Social no prontuário e também não conseguir uma representação da classe LGBT no Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Raimundo Nonato expressou a indignação pela não contemplação da Associação de Trabalhadores Rurais no Regimento do Conselho. Sr. Azevedo em seu debate relatou que a judicialização é consequência do não funcionamento da atenção básica e que o juiz não pode prescrever tratamento e medicamento absurdos que acontecem hoje em dia onerando o orçamento público e propôs sobre que o HumanizaSUS abrangesse também os gestores de saúde. Sr. Samuel Siebra agradeceu a participação nesta conferencia e que está sendo muito produtiva pelos debates nela ocorridos e explanou que se o usuário recorre à justiça é porque seus direitos não estão sendo atendidos. É preciso que o serviço da atenção básica seja ofertado em plenitude. Sr. Cícero Nonato questionou a Sra. Silvia como está o andamento do direito de insalubridade para os ACE. A Sra. Elizabeth questionou sobre um exame bucal no qual já foi várias vezes à secretaria marcar e não tem. Sr. Aderson respondeu alguns questionamentos e informou que todos tem o direito de entrar com recurso em várias instancias e a Dra. Silvia solicitou a presença do Sr. Cícero Nonato segunda feira para tratar sobre a insalubridade e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Sra. Sáskia Barreto pediu a palavra para explicar sobre o exame de tomografia de maxilar, é um exame de alto custo e o CEO Regional não dispõe desse tipo de serviço, e no município do Crato não tem ninguém que oferte essa tomografia, sendo um exame extra SUS. A Dra. Rogena sugeriu que seja formada na secretaria de saúde, associação e gestor, uma comissão para implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e sobre o atendimento LGBT, informou que a secretaria de saúde tem que dispor de protocolos para atendimento de toda e qualquer população. Exaltou a importância da capacitação do HumanizaSUS para gestores e a criação do Plano de Cargos e Carreiras para os trabalhadores e parabenizou a colocação do discurso do Sr. Samuel Siebra e finalizou agradecendo a presença de todos. Ao final Sr. Samuel Siebra pediu a palavra para convidar toda a população para um movimento a favor do royalty do Pré-sal para a saúde e educação. Os trabalhos foram então encerrados no turno da manhã, para almoço. Retornamos as atividades da tarde iniciando com uma Roda de Ciranda realizada pelos usuários do Centro Apoio Psicossocial – CAPS/ Crato , em seguida a cerimonialista deu prosseguimento as atividades da conferencia, convocando os grupos dos eixos temáticos para a apresentação e votação das propostas. O primeiro eixo a se apresentar, representado pelo Sr. Albério, foi sobre o Financiamento do SUS no qual propuseram: Criação de um fundo orçamentário para servidores da saúde destinado aos custos com viagens; Confeccionar uniformes para ACS; Criação de uma brinquedoteca e playground nas UBS; Recursos para construção e reformas das UBS; Garantir recursos para resgatar moradores de rua e geração de emprego e renda para esta população; Garantir pagamento dos recursos do PMAQ; Melhoria dos serviços de telefonia e internet para transmissão de dados nas UBS; L.O adicional de insalubridade para os profissionais; Incorporar aparelhos de RX nas UBS; Ampliar os serviços especializados em geriatria e pediatria; Garantir segurança nos postos; Ampliar equipes do NASF, PSF e Saúde Bucal; Instituir o atendimento odontológico de urgência; Realizar em no máximo 30 dias os exames solicitados; Aquisição de novos carros para as unidades; Disponibilização de medicamentos nas UBS; Garantir atendimento multiprofissional dos usuários de drogas e internações; Implantar horário de funcionamento noturno nas UBS; Facilitar o acesso dos portadores de deficiência nas UBS; Garantir piso das categorias; Assegurar transporte para a execução das ações de combate e controle das doenças transmissíveis por vetores e animais peçonhentos; Realização de concurso público; Garantir insumos da Rede de Atenção Básica; Implantar Hospital Público Municipal com pediatria; Garantir o cumprimento do cronograma do pagamento dos prestadores de serviços; Licitação por pregão eletrônico; Garantir o cumprimento do cronograma do pagamento dos servidores até o 5º dia útil do mês seguinte; Criação do PCCS; Dotação para CMS; garantir criação de consorcio para fortalecimento do Centro de Zoonoses, garantir recursos para participação e educação permanente, Redefinição do papel terciário do Hospital Regional para os serviços odontológicos. O Sr. Albério abriu o momento para informar que na segunda-feira os agentes de endemias estarão paralisando para reinvidicação sobre a lei 25 que o Ministério da Saúde repasse o custeio para 100% dos agentes de endemias do município. O segundo eixo a ser apresentando foi sobre o Direito à saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade que propuseram: Estruturar o acesso à comunicação que informe, comunique e esclareça aos usuários sobre o conhecimento da cartilha de direitos dos usuários e a organização dos serviços para manter a população informada de como e onde vai ser atendida, utilizando estratégias de comunicação para politizar os usuários, garantindo maior participação que pode ser efetivada em vários contextos, reformulação do PSE voltando para formação cidadã que vise à participação social na saúde; Combater toda parte de violência e discriminação de gênero/racismo/diversidade sexual e outros tipos de violência que venha comprometer o acesso a saúde, Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde e sua vida, redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, atendimento em situação de aborto, saúde das mulheres jovens / lésbicas/ negras/ rurais/ indígenas/ presidiárias/ pessoas com sofrimento psiquiátrico /com deficiência e patologias, e inclusão da abordagem de gênero na formação dos profissionais de saúde; fortalecer o cuidado da saúde nos serviços básicos e especializados que devem ser articulados a partir da instituição de sistema de referência e contra-referência, para garantir a continuidade do cuidado, valorizando a promoção à saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e as reabilitações para reduzir as mortes evitáveis e qualificar as condições de vida das pessoas; Estruturar e organizar os serviços de saúde na efetivação das redes de atenção a saúde, priorizando a atenção básica a partir da reterritorialização para implantação de mais equipes de saúde da família, cobrindo as áreas descobertas, estruturando e informatizando as unidades de saúde já existentes e investindo na educação permanente dos profissionais, coma implantação do HumanizaSUS para valorizar o vínculo/acolhimento e organização dos processos de trabalho; Reorganizar a oferta de ações e serviços de saúde, ampliando/aumentando as cotas de pacotes de serviço regulados pela Programação da Pactuação Integrada, além da necessidade de aquisição de tecnologias para atender as necessidades de saúde da população de forma integral e humanizada, com qualidade, determinando tempo máximo de espera; Garantir a atenção diferenciadas a população vulnerável conhecendo seus perfis e garantindo acesso/acolhimento e cuidado integral a partir da inclusão de equipes de saúde diferenciadas; Avançar na implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, assegurando o respeito às escolhas das pessoas e as práticas e saberes em saúde das populações tradicionais, na perspectivas de promover mudanças no modelo de atenção à saúde; Lutar pela efetiva implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, contrapondo-se ao uso dos organismos geneticamente modificados e à desregulamentação da utilização de agrotóxico; Implementação da Política Integral de Saúde da População Negra; Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Criação da Coordenação Municipal da Diversidade; Criação e Institucionalização de uma Rede Estadual de Laboratório de Entomologia, Reservatórios e Animais Peçonhentos; Criação e institucionalização de uma Rede Estadual de unidade de controle de zoonoses na modalidade de consórcios. O último grupo a se apresentar foi o Eixo sobre Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde que apresentaram as seguintes propostas: Implantação do piso salarial unificado para os servidores da saúde; Implantar o Plano de cargos, carreiras e salário dos servidores da saúde; Realizar concurso público para a saúde no prazo de até seis meses após a conferência municipal de saúde, visando combater a precarização das relações de trabalho, evitando as transferências ou terceirização de serviços públicos para o setor privado; Avançar na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do SUS, comprometendo todos os níveis de gestão, capacitando os profissionais e implantando unidades do CEREST para cada Regional de Saúde; Assegurar

ambientes de trabalho saudáveis e promotores do bem-estar dos usuários e das usuárias, dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos estudantes; Fortalecer a Ouvidoria do SUS; Fortalecer as instâncias de pactuação da educação permanente em saúde através do funcionamento efetivo das comissões de integração ensino e serviço da macrorregião cariri e articulação da representação da gestão, instituições formadoras, serviços e controle social (conselho e movimentos sociais); Criar/Reativar o Núcleo de Educação Permanente em Saúde no município; Combater portaria 1025 de 21 de julho que delibera sobre a redução dos agentes de endemias. Dando seguimento, a cerimonialista anunciou o início da criação e composição do conselho municipal de saúde e chamou a mesa do Dr. José Flávio Vieira, Assilon Lindoval de Freitas e Marcos George Mendes da Costa para serem os mediadores deste tema, José Flávio iniciou apresentando como está estruturado o Conselho Municipal de Saúde do Crato. Iniciou a votação das propostas. Aumento do número de conselheiros: votaram a favor - André Lacerda, Samuel Siebra, Pedro Ferreira, júnior matos, Paulo Klécius votou contra o aumento pela dificuldade de quórum, e Margarida da Hora, Tatiane F. Siebra, Assilon L. de Freitas, Marcos George, Marcelo L. Alencar, votou a favor Janaína Fernandes Oliveira, Francisco Ferreira Barbosa (Chico Mandú), e na plenária foi decidido manter o número de 36 cadeiras. Em seguida foi votada a proposta da inserção da associação LGBT e SAAEC: Paulo Klécius Botelho de Oliveira abriu mão da vaga da secretaria de meio ambiente em favor da SAAEC, André Lacerda expressou sua indignação relatou que mais uma vez foi discriminado em relação à entrada do LGBT, pois infelizmente não tem como pedir a outra representação a se retirar, George explica que não houve descriminação, pois o GLBT lá está concorrendo com as demais entidades e disputando no voto, Samuel Siebra exaltou a importância e a aceitação da democracia, expressou uma preocupação no âmbito da composição de usuários, pois tem 06 cadeiras para zona rural e 5 cadeiras para a zona urbana pois sabemos da dificuldade da zona rural tem em relação de deslocamento, e sugere que haja uma paridade de vagas para zona urbana e zona rural, aumentando a vaga para zona urbana em 06 (seis) vagas. Tatiane Siebra indagou a mesa qual das associações há grande número de evasão e levantamento das faltas para perca da cadeira. George, representando o conselho e secretário adjunto da Conferencia, relatou que o levantamento das faltas foi realizado e que no caso da Pastoral da Criança perdeu a cadeira devido as faltas superarem o número de 03 reuniões consecutivas, como prevê o Regimento interno do conselho de saúde. Dona Margarida defendeu a vaga para Zona Rural, pois os problemas são maiores e mais intensificados. André Lacerda propôs que a vaga da Pastoral da Criança, cuja não participa das reuniões do conselho, seja remanejada para o movimento LGBT, Osmar solicitou a palavra e explicou que o conselho não esta discriminando em nenhum momento o movimento LGBT, o que ocorreu foi que a associação perdeu o prazo de inscrição; iniciou a votação em plenária sendo vencedora a proposta da SEMAC sair para entrada da SAAEC. Proposta seguinte: saída da pastoral da Criança pra aumento de uma associação urbana, ou aumento de mais uma vaga rural, ou a entrada do movimento LGBT, sendo vitoriosa a da vaga ir para uma associação na zona urbana. Ficou então determinado pela Plenária que o próximo Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição, mantendo os 36 assentos: 1- SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE 09(nove) assentos, 03(três) a serem eleitos de Nível Superior, mais 01 assento designado da Associação dos Profissionais do PSF; e 03 assentos a serem eleitos dos Profissionais de Nível Médio, mais 02 assentos designados destinados à Associação dos Agentes de Endemias e à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde, ficando pois o Segmento Profissionais de Saúde com 04 (quatro) assentos de Nível Superior e 5 (cinco) Assentos de Nível Médio; 2- SEGMENTO PRESTADORES DE SAÚDE / GESTORES– 09 (nove) assentos, 01 (um) assento para a Rede Privada de Saúde e 01 (um) assento para a Rede Filantrópica de Saúde; - 01 (um) acento para cada uma das seguintes Entidades: Secretaria de Saúde, HEMOCE, SAAEC, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Educação, 20ª. CRES, URCA; 3- SEGMENTO DE USUÁRIOS 18 (Assentos) - 01 (um assento) para as seguintes instituições: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, APAE, GRUNEC, Desafio Jovem, Sindicato dos Servidores Municipais de Saúde, FECC e 06 (seis) Assentos das Associações Comunitárias Urbanas e 06 (seis) Assentos das Associações Comunitárias Rurais. Em seguida, a Plenária, por votação, determinou os critérios para eleição dos delegados que irão participar da VII Conferencia Estadual de Saúde, num total de 12 Delegados, sendo estes paritariamente divididos em: Usuários- seis delegados; Profissionais de Saúde três delegados; governo e Prestadores – 03 (três). Dando continuidade foi feita a divisão por segmento representativo para a eleição primeiramente dos Conselheiros e, depois, dos delegados à Conferência Estadual. Após criteriosa apuração obtiveram-se os seguintes resultados: Eleição para Conselheiros: 1- Segmento de Profissionais de Saúde – Nível Superiores (04 assentos), a saber: Associação do PSF (01 assento Designado); Sáskia Luciano Barreto Xenofonte (Titular) e Suplente – Nalber Sigian Tavares Moreira Silnara Bida Magalhães Beserra (Titular) e Suplente – Tatiana Figueiredo Siebra; João Henrique Xenofonte (titular) e Keila Formiga de Castro (Suplente); 1.1 - Nível Médio: Jeronimo Gonçalves Temóteo (Titular) e Claudiana Saraiva (suplente); Marcos George Mendes da Costa (Titular) e João Colégio Silva (suplente); José Ricardo Freitas do Nascimento (titular) e Salviana Delaeixa (suplente); Associação dos Agentes de Endemias (01 Assento Designado) e Associação dos Agentes Comunitários de Saúde (01 Assento Designado);2-Segmento de Prestadores de Serviços de Saúde e Governo: Kyare Christie Oliveira de Brito Trezzi (Titular Prestadores) e Marcelo Leite Alencar e Luciana Oliveira Abath (Suplente); 2.1 Assento para a Rede Filantrópica de Saúde (Designada) 2.2 Governo sete acentos designados; 3- Segmento usuários – 3.1 Associações Rurais: José Ferreira Sobral (Titular) e Francisco Ferreira Barbosa (Suplente); Cícero Antônio dos Santos (titular) e Cláudia Marques da Hora (suplente); Cícera Ferreira do Nascimento (titular) e Tonir Teixeira da Silva (suplente); Márcio Belarmino Rodrigues (titular) e Maria Lúcia Dias de Melo (Suplente); Pedro Ferreira Domingos (Titular) e Maria Fátima da Silva (Suplente); Maria Simone Silva dos Santos (Titular) e Cícero Gomes de Lima (Suplente) 3.2 Associações Urbanas: Maria Josefa de Oliveira Silva (Titular) e Francisco Marcondes Batista (suplente); Maria das Dores Pereira (Titular) e Alcyeli Araújo Pinheiro (suplente); Maria de Lurdes de Carvalho (titular) e Samuel Duarte Siebra (Suplente); Osmar Estevan de Almeida (Titular) e Kennedy Leite da Silva (suplente); Fabrício Batista de Souza (titular) e Maria Stuart Leite Teixeira (Suplente); Pedro Ferreira Gomes (Titular) e Maria Cristina dos Santos Vitorino (Suplente). Foram, no mesmo momento, eleitos os Delegados para a Conferencia Estadual de Saúde, a saber : 1- Segmento Profissional de Saúde – 1.1 Nível Superior - João Henrique Xenofonte e Oldack Cézar Rocha Sucupira; 1.2 Nível Médio – Marcondes da Silva Nascimento e José Ricardo Freitas do Nascimento (suplente); 2Segmento Prestadores de serviços de Saúde e Governo 2.1 Prestadores de Serviços Marcelo Leite Alencar; 2.2 Governo: Nádia Maria Freitas do Nascimento 3- Segmento dos Usuários : Osmar Estevan de Almeida, Maria Josefa de Oliveira Silva, André Lacerda Barros Filho, Maria de Lourdes de Carvalho, Marias das Dores Pereira, José Ferreira Sobral; Terminada a eleição a secretaria informa que será realizada uma plenária objetivando preencher a vaga existente para suplente no segmento de usuários no item associações urbanas, e sem qualquer denúncia quanto à lisura do pleito, houve pronunciamento do Delegado eleito suplente Francisco Marcondes Batista invocando resolução do CESAU que impede eleição de profissionais, trabalhadores e ou prestadores de serviços de saúde para ser representante no segmento de Usuários; Segundo ele, a conselheira eleita Mª Josefa de Oliveira Silva, eleita no segmento de Usuários, representando Associações Comunitárias Urbanas, é trabalhadora em Saúde e, sendo assim, estaria impedida de assumir o cargo de Conselheira. A norma do CESAU foi defendida pelo representante do Conselho Estadual na Conferência, o Sr. Azevedo Quirino, como procedente, o Coord. da Subcomissão eleitoral Assilon informou, então, que o Sr. Francisco Marcondes Batista, reclamante, também é trabalhador em Saúde, estando atualmente, lotado na referida Secretaria de Saúde, no exato instante em que foi eleito Suplente do Segmento Usuários, estando assim, pelo mesmo critério do CESAU, impedido de assumir o cargo quer de Conselheiro Titular ou Suplente, uma vez que a Resolução do CESAU determina a inelegibilidade de qualquer profissional, trabalhador e ou prestadores de serviços de saúde para ser representante no segmento de Usuários. Em nada mais havendo a tratar, eu Nínive Barreto Oliveira Xenofonte, Secretária Ad Hoc, lavrei a presente ata que deverá ser por todos os presentes rubricada e assinada. Crato-CE, 07 de Agosto de 2015.

AVISO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO– AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 2015.11.27.1. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município do Crato/CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 24 de fevereiro de 2016 às 08:00 horas, na Sede da Comissão de Licitações localizada no Largo Júlio Saraiva, s/n Bairro Centro - Crato/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços para o objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇAO DE UMA UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) TIPO I, NA AVENIDA JOSÉ HORÁCIO PEQUENO, NO BAIRRO ZACARIAS GONÇALVES NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08:00 às 14:00 horas. Crato/CE, 20 de janeiro de 2016. David Esmeraldo de Figueiredo – Presidente.

AVISO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 2015.10.20.2 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP. O Pregoeiro do Município do Crato/CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 03 de fevereiro de 2016 às 08:00 horas, na Sede da Comissão de Licitações localizada no Largo Júlio Saraiva, s/n Bairro Centro - Crato/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços para o objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AOS DIVERSOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CRATO/CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08:00 às 14:00 horas. Crato/CE, 20 de janeiro de 2016. Gilberto Dumar Pinheiro Filho – Pregoeiro.

AVISO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO – AVISO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 2015.11.06.1. O Presidente da CPL do Município do Crato/CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 20 de janeiro de 2016 às 10:00 horas, na Sede da Comissão de Licitações localizada no Largo Júlio Saraiva, s/n Bairro Centro, Crato/CE, foi realizando sessão para análise dos documentos de habilitação com o objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS CRECHES PADRÃO FNDE PROINFANCIA TIPO I, UMA NO DISTRITO DE PONTA DA SERRA E OUTRA NO BAIRRO SÃO BENTO NO MUNICIPIO DO CRATO/CE, tendo sido declarada HABILITADA as empresas: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA e WERTON ENGENHARIA & ARQUITETURA LTDA ME e INABILITADA as empresas: CRV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME por descumprir o Item 3.4.2.2.2.3 do Edital, VANTUR CONSTRUÇOES E PROJETOS LTDA ME por descumprir os Itens 3.2.3; 3.3.1 e 3.4.2.2.2.3 do Edital, CONFIANÇA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIENTOS LTDA EIRELE ME por descumprir o Item 3.4.2.2.2.3 do Edital, CONCRETEX COMERCIO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP por descumprir o Item 3.4.2.2.2.3 do Edital E VICLO-LIMP SERVIÇOS LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E CONSTRUÇÕES LTDA ME por descumprir os Itens 3.4.2.2.2.3 e 3.4.3.1 do Edital. Crato/CE, 20 de janeiro de 2016. David Esmeraldo de Figueiredo – Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ESTADO DO CEARÁ-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO-EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.01.14.1- ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Saúde – Diones Gomes da Silva – EMPRESAS DETENTORAS DO REGISTRO DE PREÇOS: WILLIA GOMES DOS SANTOS ME,representada pelo Sr. Marcos Wagner Santos Figueiredo, com valor registrado para o LOTE II de R$ 10.783,00 (dez mil setecentos e oitenta e três reais). CC de Alencar Santos EPP, representada pelo Sr. Cicero Cezar de Alencar Santos, com valor registrado para o LOTE III de R$ 8.899,50 (oito mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e LOTE IV de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Prazo: 12 meses a partir da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO. Processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 2015.05.11.2. OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CRATO/CE. Data da assinatura: 14 de janeiro de 2016.
Crato-CE 14 de janeiro de 2016.

PORTARIA

PORTARIA N° 1801001/2016.
CRATO/CE, 18 DE JANEIRO DE 2016.
O Prefeito Municipal de Crato/CE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o determinado na IX Conferência Municipal de Saúde do Crato, bem como o que está assegurado nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, Lei Municipal nº 2.792/2012, Portaria nº 230700/2015 e do seu Regimento interno e,
RESOLVE,
Art. 1°. Nomear os Conselheiros Municipais de Saúde e Suplentes Eleitos para exercerem a função no quadriênio 2015/2019, com a seguinte composição:
1 - Segmento de Profissionais de Saúde:
-Associação do PSF:
Titular: Sáskia Luciano Barreto Xenofonte.
Suplente: Nalber Sigian Tavares Moreira Silnara Bida.
Titular: Magalhães Beserra.
Suplente: Tatiana Figueiredo Siebra.
Titular: João Henrique Xenofonte.
Suplente: Keila Formigade Castro.
Titular: Jerônimo Gonçalves Temóteo.
Suplente: Claudiana Saraiva.
Titular: Marcos George Mendes da Costa.
Suplente: João Colégio Silva.
Titular: José Ricardo Freitas do Nascimento.
Suplente: Salviana Delaeixa.
2 - Segmento de Prestadores de Serviços de Saúde e Governo:
Titulares Prestadores: Kyare Christie Oliveira de Brito Trezzi e Marcelo Leite Alencar Suplente: Luciana Oliveira Abath.
3 - Segmentos usuários
3.1. Associações Rurais:
Titular: José Ferreira Sobral.
Suplente: Francisco Ferreira Barbosa.
Titular: Cícero Antônio dos Santos.
Suplente: Cláudia Marques da Hora.
Suplente: Cícera Ferreira do Nascimento.
Suplente: Tonir Teixeira da Silva.
Titular: Márcio Belarmino Rodrigues.
Suplente: Maria Lúcia Dias de Melo.
Titular: Pedro Ferreira Domingos.
Suplente: Maria Fátima da Silva.
Titular: Maria Simone Silva dos Santos.
Suplente: Cícero Gomes de Lima.
3.2. Associações Urbanas:
Titular: Maria Josefa de Oliveira Silva.

Suplente: Francisco Marcondes Batista.
Titular: Maria das Dores Pereira.
Suplente: Alcyeli Araújo Pinheiro.
Titular: Maria de Lurdes de Carvalho.
Suplente: Samuel Duarte Siebra.
Titular: Osmar Estevan de Almeida.
Suplente: Kennedy Leite da Silva.
Titular: Fabrício Batista de Souza.
Suplente: Maria Stuart Leite Teixeira.
Titular: Pedro Ferreira Gomes.
Suplente: Maria Cristina dos Santos Vitorino.
Art. 3°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, em 18 de janeiro de 2016.
Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos.
Prefeito do Crato/CE

PORTARIA

Portaria Nº 0075/2015
O Prefeito do Município do Crato, no uso das atribuições conferidas pelo art. n.° 12, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 2.630, de 18 de agosto de 2.010, que estruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município do Crato e dispõe sobre os requisitos necessários para a concessão de benefícios previdenciários, e considerando o que foi requerido por meio do processo administrativo, devidamente analisado e aprovado pelos órgãos competentes, conforme Parecer Jurídico n.º 063/2015,
RESOLVE:
Conceder Aposentadoria Voluntária pelas Regras Constitucionais de Transição para o professor, com integralidade dos proventos, e paridade no cargo, em favor da servidora pública municipal, Sra. Christiane Maria Correia Lopes, portadora da identidade n.º 2003034035813 SSPDC/CE, cadastrada no CPF/MF sob o n.º 308.078.593-20, titular do cargo de provimento efetivo de Professor IV, 200H, Ref. II, matrícula n.° 1870, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005 e, ainda, no art. n.° 62 da Lei Municipal n.° 2.630, de 18 de agosto de 2.010, fixando em seu favor proventos de aposentadoria, ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:
DISCRIMINAÇÃO DO VALOR DOS PROVENTOS
BASE DE CÁLCULO ÍNDICE VALOR FUNDAMENTAÇÃO
Vencimento-base
em setembro de
2015 - R$ 2.494,75 Lei n.º 3.086/2015.
Quinquênios 15 % R$ 374,21 Lei n.° 917/1971, Art. 197, §2°. Lei n.º 2.061/2001, Art. 40
Gratificação por
Efetiva Regência em
Sala de Aula 14 % R$ 349,26 Lei n.° 3.051/2014
PROVENTOS A QUE FAZ JUS A SERVIDORA: R$ 3.218,22
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.
Crato, 01 de novembro de 2015.
Antonio de Pádua Amador de Albuquerque Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos
Diretor Presidente do PREVICRATO Prefeito do Município de Crato - CE
Portaria n° 2301001/2014-SEAD